

Crítica ambiental no pensamento de Raimundo José da Cunha Matos¹

Daniel Venâncio de Oliveira Amaral²

Eder Jurandir Carneiro³

INTRODUÇÃO

A história ambiental configura-se como um dos campos de produção das ciências sociais que mais cresce na atualidade. Por meio de um diálogo multi e interdisciplinar, seus estudos incorporam uma impressionante variedade de métodos e temas que buscam compreender, entre outras questões, as relações que envolvem o homem e o “mundo natural”. Para Donald Worster (199, p. 04), o domínio de objeto da História Ambiental deve cingir-se às relações entre as práticas sociais e o “mundo natural” ou natureza, isto é, “o mundo não-humano, o mundo que nós não criamos originalmente [...] as energias autônomas que não derivam de nós [...] que interferem na vida humana, estimulando algumas reações, algumas defesas, algumas ambições.” Estaria excluído, assim, o ambiente construído pela ação humana. Para O’Connor, com quem concordamos, “en un enfoque materialista realmente activo hay, sin dudas, ‘energías autónomas que no se derivan de nosotros’, pero la mayoría de esas energías han sido modificadas en pequeña o gran escala por la acción humana”

¹ A pesquisa recebeu apoio financeiro da Universidade Federal de São João del-Rei.

² Graduação em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2012), Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER (2015), Mestrado em História pela Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ (2016), Doutorando em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG - Bolsista CAPES. É integrante do Grupo de Pesquisa em História do Lazer (HISLA) da Universidade de Minas Gerais.

³ Possui doutorado em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de São João del-Rei. Trabalha na área de Sociologia dos Conflitos Ambientais, mais especificamente sobre as desigualdades e conflitos envolvidos nos processos de construção e apropriação de territórios urbanos. É coordenador do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA) da Universidade Federal de São João del-Rei (grupo de pesquisa).

(O'CONNOR, 2001, p. 77). Por essa razão, no âmbito desse artigo, utilizaremos sempre entre aspas a expressão “mundo natural”.

De acordo com O'Connor (2001, p. 14-15), o surgimento da disciplina está diretamente relacionado aos conflitos sociais decorrentes da mercantilização do meio natural, dentro da nova economia global que se configurou inicialmente nos anos 60, criando uma base essencial para movimentos de resistência verde, justiça ambiental e outros movimentos preocupados com o “mundo natural”. Esses movimentos e conflitos, por sua vez, são inerentes ao estágio atual de desenvolvimento histórico do capitalismo, fortemente caracterizado pela “capitalización de la naturaleza, o la creación de una naturaleza específicamente capitalista, y las luchas por la misma [...] que ha ‘producido’ la historia ambiental.” (O'CONNOR, 2001, p. 03).

De outra parte, algumas transformações internas ao campo do conhecimento, tais como a ideia de que a ação humana produz impacto sobre o “mundo natural”, a revolução nos marcos cronológicos e a visão da natureza como um processo histórico de construção e reconstrução, também foram decisivas para convergir atenções sobre o “mundo natural” e seu lugar na vida humana (PÁDUA, 2010, p. 83). Nesse sentido, os novos ares decorrentes dos processos sociais e epistemológicos ressoaram sobre um importante grupo, designados por Worster (1991, p. 198-199) como “os novos reformadores”. Inicialmente, foram os cientistas naturais que lideraram o “novo paradigma”, favorecendo um entendimento “ecológico” da sociedade e culturas humanas. Porém, o movimento logo ocupou espaço nas preocupações dos cientistas sociais, que buscaram incorporar o viés natural ao seu repertório legítimo de pesquisa (DRUMOND, 1991, p. 04). Ao se transformar em um dos principais campos de investigação dentro do meio acadêmico, a história ambiental permitiu evidenciar o espaço onde se desenvolve uma extensa rede de interações sociais e afetivas. Segundo O'Connor (2001, p. 08), “La historia ambiental es, en pocas palabras, la historia del planeta y de su gente, de la vida de otras especies y de la materia inorgánica, en la medida en que estas han sido modificados por las producciones materiales y mentales de los seres humanos [...]”.

Todavia, apesar de nas duas últimas décadas observarmos o afloramento de uma diversidade de estudos que se dedicam às discussões envolvendo a disciplina, os trabalhos ainda são pouco numerosos e carecem de refinamento teórico e desenvolvimento de conceitos específicos e operatórios (MARTINS, 2007, p. 73). No

Brasil, em particular, a escassa produção de trabalhos empíricos fora determinante para que a crítica diante dos “problemas ambientais” fosse identificada como um fenômeno contemporâneo, uma consequência das transformações “objetivas” e “subjetivas” que acompanharam a expansão do mundo “urbano-industrial”. O fenômeno era entendido como uma realidade recente, importada por meio da difusão do debate europeu e norte-americano das últimas décadas. No entanto, nos últimos anos uma nova historiografia vem retrocedendo em alguns séculos a cronologia dos debates ambientais, provocando profundas reinterpretações sobre as origens e a identidade das atuais representações sobre a chamada “questão ambiental” (PÁDUA, 2004, p. 10).

Um dos principais trabalhos, dentro dessa nova historiografia, é a obra de José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, que faz uma consistente análise de como reflexões ambientais sobre o Brasil já se faziam presentes nos séculos XVIII e XIX. Segundo Pádua (2004, p. 10-14), desde as últimas décadas do século XVIII havia um grupo de intelectuais preocupados com a transformação do “ambiente natural” brasileiro, com um forte viés científico e pragmático. A gênese desse grupo possui dois epicentros: a Universidade de Coimbra, no período posterior à reforma de 1772, quando o ensino superior português buscou se aproximar das novas ideias de filosofia natural e economia política que então se desenvolviam na Europa, e a Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779. De acordo com o autor, alguns jovens da elite social do Brasil que começaram a afluir em direção a Coimbra para realizarem seus estudos de nível superior, constituíram uma “elite intelectual” que assumiria posição de destaque no processo de renovação científica e econômica da então colônia portuguesa. Foi no interior dessa “elite intelectual” que emergiram os fundadores da crítica ambiental no Brasil.

Inserindo-se nesse complexo processo de rediscussão que envolve a presença do debate ambiental sobre o Brasil na virada do século XIX, este artigo tem por objetivo analisar a obra do militar, político e intelectual luso-brasileiro, Raimundo José da Cunha Matos “Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)”, sobretudo, as preocupações do autor com diversos fenômenos que ocorriam na província mineira, no início do século XIX, hoje socialmente consagrados como “problemas ambientais”.

Ao longo desse texto, também utilizamos as aspas na expressão “problemas ambientais”, para indicar o efeito simbólico por

ela exercido de ocultação de seu caráter de constructo social. O uso do termo se presta à estratégia discursiva de apresentar dadas situações como problemáticas em si mesmas, ocultando o fato de que elas são problemáticas *para* determinados agentes, podendo mesmo afigurar-se como soluções para outros agentes. Assim, por exemplo, o despejo de resíduos tóxicos num corpo hídrico pode se constituir num “problema” para populações que se abastecem dessas águas, mas pode ser uma solução para a indústria que realiza o despejo e, com isso, diminui custos de produção. A instituição de determinados processos ou situações como “problemas ambientais”, isto é, públicos, que merecem atenção e intervenções (principalmente, do Estado) resulta de um “trabalho” de construção social. Nas palavras de Bourdieu (2010, p. 37-38):

[...] o problema [...] foi *socialmente produzido*, num trabalho coletivo da construção da realidade social e por meio desse trabalho; e foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, ligas de defesa, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projetos, programas, resoluções etc., para que aquilo que era e poderia ter continuado a ser um problema *privado*, particular, singular, se tornasse num *problema social*, num problema público, de que se pode falar publicamente... ou mesmo um problema oficial, objeto de tomadas de decisões oficiais, e até mesmo de leis e decretos [...] dotados dessa espécie de universalidade que lhes vem do fato de estarem garantidos pelo Estado.

Assim, o uso de aspas na expressão “problemas ambientais” indica que os analistas evitam tomar como dadas as pré-construções dos “problemas sociais” ao invés de tomá-los como problemas sociológicos, isto é, como processos que devem ser explicados em sua gênese e desenvolvimento como *conflitos ambientais* (ACSELRAD, 2004).

Doravante, a obra de Cunha Matos insere-se no escopo dos relatórios e memórias, bem mais números a partir de fins do século XIX, elaborados por funcionários e eruditos a serviço dos governos, cujo cotejamento permite acesso a uma série de informações acerca de algumas especificidades de um dado período, e conseqüentemente, configurando-se como uma significativa fonte para pesquisas em história ambiental. Estes trabalhos apresentam descrições detalhadas sobre diversos processos que se relacionam com o “mundo natural”, por exemplo, aspectos físicos de

algumas regiões do Brasil, técnicas agrícolas e de mineração empregadas pelas populações, volume de plantações, criações e indústrias, além de informações sobre minerais, plantas e animais.

Contudo, cabe ressaltar que ao trabalhar com esse tipo de fonte, o historiador ambiental deve estar atento ao fato que, muitas dessas obras foram produzidas por determinação oficial. Nessa ótica, Martins (2007: 58) nos alerta que:

Em geral, estas memórias e relatórios tiveram sua produção motivada por decisões muito específicas: o estado queria promover a exploração de novas partes do território e de recursos naturais valiosos; a necessidade geopolítica de esquadriñar áreas fronteiriças e adequadamente de potências rivais; a modificação de padrões (técnicos, legais e organizacionais) da exploração econômica de certos recursos, visando reverter quedas nos rendimentos obtidos.

Além da análise da obra de Raimundo José da Cunha Matos, a pesquisa entrelaçou uma bibliografia de suporte referente à história ambiental e o surgimento da crítica ambiental no Brasil. Mesmo que os trabalhos envolvendo o debate ambiental brasileiro na virada do século XIX, ainda sejam pouco numerosos, foi possível, por meio da pesquisa bibliográfica, construir um escopo teórico que serviu como parâmetro para dialogar com as informações obtidas no texto de Matos.

CUNHA MATOS NO CIRCUITO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÕES

No início do século XVIII, o universo europeu, inspirado pelo desenvolvimento das luzes, se tornou palco de uma rede internacional de informantes composta por militares, viajantes, funcionários das coroas e comerciantes, encarregados de fornecer às potências europeias do período informações sobre os diversos climas e populações coloniais. Com a finalidade de racionalização das práticas administrativas, uma das principais motivações para o surgimento dessa rede foi a necessidade de aprimoramento do conhecimento científico para exercer maior controle sobre as riquezas naturais e territórios de possessões, em meio a uma forte concorrência imperial das principais potências expansivas. Segundo Lorelai Kury (2004, p. 110-111), o iluminismo não se caracterizou apenas como um movimento no campo das ideias e da filosofia,

mas também por um conjunto de práticas administrativas executadas, em geral pelos Estados, visando racionalizar o funcionamento da sociedade, controlar populações e potencializar a produção e o fluxo de mercadorias.

A partir da segunda metade do século XVIII, em resposta à lógica competitiva instalada naquela conjuntura, as preocupações com a racionalização do manejo do “mundo natural” ganham maior visibilidade em Portugal, principalmente por meio da influência do italiano Domenico Vandelli, que se estabeleceu naquele país durante o governo do Marquês de Pombal. Vandelli se tornou um animador científico e cultural, participando ativamente da criação de jardins botânicos e da Academia Real das Ciências, passando a difundir o ideário intelectual que combinava as novas concepções de ciência natural divulgadas por Lineu e Buffon com a doutrina fisiocrata, defensora do progresso a partir da produção primária. Como observa Pádua (2004, p. 14-15), a partir da década de 1780, Vandelli começou a publicar vários textos criticando a destruição ambiental em Portugal e em suas colônias. O caso brasileiro mereceu sua especial atenção devido aos desmatamentos que estavam destruindo muitas espécies da flora ainda desconhecidas pela ciência.

Raimundo Matos foi herdeiro da tradição formada pela Academia Real das Ciências, da qual foi leitor de inúmeras memórias. Inserido nesse processo de fomentação de pesquisas e dados sobre populações coloniais, produziu suas primeiras memórias e descrições na África, no Arquipélago de Nova Guiné, onde passou 19 anos de sua vida. De acordo com Bianca de Queiroz (2009, p. 22-23), muitos trabalhos descritivos e de memórias produzidos no período configuraram-se como alguns dos principais registros das novas propostas de rearticulação do Estado português:

O esforço de recuperação econômica do Reino por meio do aproveitamento de suas potencialidades naturais constituiu-se, assim, na problemática mobilizadora do pensamento ilustrado acadêmico lusitano. Os intelectuais esforçavam-se na identificação de uma série de problemas setorializados na esfera produtiva e na circulação, o que além de servir como norte para a abrangência temática das Memórias, também confirmava o diagnóstico decadentista, extraído da empírica averiguação dos vários setores da vida material do país.

Iniciando seu vínculo com o Brasil no ano de 1817, Raimundo Matos aqui aportou para participar da ação militar contra a Revolução

Pernambucana. Constituiu uma brilhante carreira política e intelectual, abraçou a causa da emancipação política apoiando a permanência de D. Pedro I, foi governador de Armas da Província de Goiás e assumiu, em março de 1826, a cadeira de deputado na corte do Rio de Janeiro. Participou ativamente da criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria e Comércio, em 1827, e foi peça fundamental na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, favorecendo o estabelecimento de caminhos mais institucionais para o debate ambiental brasileiro. Viveu no Brasil até 1839, ano em que faleceu, porém, em sua passagem pelos trópicos, produziu importantes trabalhos de pesquisa, descrevendo minuciosamente características topográficas e o estado do comércio e da economia das várias regiões por onde passou. Sua principal obra foi *Corografia histórica da província de Minas Gerais* (1837), iniciada, provavelmente, em 1831 (MATOS, 1981, p. 18-26). Seu estudo tornou-se o mais completo repositório de informações sobre a província mineira no período, apresentando um gigantesco esforço de pesquisa, fornecendo importantes dados sobre as mais diversas áreas da experiência humana em sociedade, incluindo o “mundo natural”.

CRÍTICA AMBIENTAL NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

O surgimento do que se poderia chamar de uma crítica ambiental brasileira no interior de um seletivo grupo de intelectuais, que entre o final do século XVIII e primeiros anos do século XIX produziram seus primeiros trabalhos relacionados ao tema, apresentava em sua formulação teórica, um caráter essencialmente pragmático e progressista. Segundo Pádua (2004, p. 15-18), apesar de algumas diferenças de posicionamento sobre certos aspectos, como as estratégias relacionadas ao tratamento dos “problemas ambientais” e da escravidão, é possível afirmar que o denominador comum entre os diferentes pensadores era a consideração de que o uso do “mundo natural” deveria ser “administrado”, à luz da ciência, como recurso escasso (quantitativa e qualitativamente) frente a determinados objetivos, sobretudo, políticos e econômicos. Tal tradição foi predominante e encontrou em vários intelectuais, espalhados por diferentes províncias, um expressivo rol de observações. Esse viés “desenvolvimentista” se configurou de forma clara na obra de Raimundo Matos. Sua percepção e crítica frente à destruição ambiental na província mineira foram marcadas pelo valor econômico que representava o “mundo natural” e como ele

deveria ser submetido a técnicas menos destrutivas, embasadas no progresso e no avanço tecnológico.

Na introdução de seu trabalho, Raimundo Matos relata uma série de disciplinas científicas usadas na análise do campo mineral, vegetal e animal, tais como a mineralogia, a botânica e a zoologia, cujo uso apenas se principiava nas pesquisas realizadas dentro do território brasileiro. Segundo Matos, holandeses e franceses, em seu pouco tempo de dominação colonial no Brasil, produziram mais informações de história natural que os portugueses em mais de duzentos e cinquenta anos de colonização. Nesse ensaio, o intelectual constatou que tal defasagem de estudos foi provocada pela proibição, que perdurou por séculos, da presença de filósofos estrangeiros na colônia e pela falta de motivação dos naturalistas brasileiros que, “acomodados em seus interesses particulares”, evitavam expor-se aos “riscos iminentes das corridas por montes e vales e das epidemias devastadoras” (MATOS, 1981, p. 33). Tentando sensibilizar as autoridades do período sobre a importância dos estudos de naturalistas no território brasileiro, o intelectual teceu a seguinte crítica:

[...] A Província conta com alguns naturalistas no seu seio, mas o governo tem deixado de animá-los: ou esses mesmos naturalistas não têm mais do que ser empregados; e se o foram, tratam mais dos seus interesses individuais do que da aplicação a um estudo de que lhes resultam imensas fadigas; ou não se sabia serem apreciados. [...] Permita Deus que o governo abra enfim os olhos e que o Brasil não censure o seu desleixo, quando vir tantos ilustres naturalistas atravessando, esquadrinhando e descrevendo aquilo que não devemos ignorar; e que assim nos lancem no rosto a nossa indiferença, ou a nossa barbaridade. (MATOS, 1981, p. 33).

No período em que Matos iniciou suas pesquisas, a província mineira havia passado por um intenso processo de degradação das florestas e do solo, intensificado pelo aumento populacional ocorrido após os primeiros achados auríferos no final do século XVII. Apenas um século após os primeiros achados, o esgotamento do ouro nas áreas de exploração havia deixado, como herança, vastas terras revolvidas, montes de cascalhos e uma enorme erosão em virtude das crateras abertas na mata (MARCONDES, 2005, p. 57). Os avanços da agricultura e da pecuária também contribuíram para a rápida transformação do “mundo natural”, mudando de forma acentuada a paisagem mineira.

Nessa direção, os “problemas ambientais” decorrentes da degradação da fauna e flora mineira, receberam espaço privilegiado nas observações de Matos, que procurou propor uma série de mudanças de hábitos e uma participação mais efetiva por parte do poder político. Um dos “problemas” detectados por Matos foi a deterioração das florestas, intensificada, mormente, pela derrubada das matas e pelas queimadas:

As matas e bosques desta província têm sofrido os mais cruéis estragos pelas mãos do homem: as imensas derrubadas feitas para plantações, fornalhas e carvoeiras, e as subsequentes queimadas dos troncos e raízes, em grande parte extinguiram a força de sua reprodução. Por este motivo, terras imensas que outrora formavam uma continuada floresta, acham-se convertidas em campos de erva gramínea, capim ou em capoeira fraca e rara, que apenas serve para entrelaçar as cercas e para outros insignificantes edifícios rústicos ou urbanos. Em vários lugares em que antigamente existiam largas matas virgens, acham-se os moradores obrigados a procurar madeiras para as suas obras, na distância de muitas léguas. As árvores são cortadas quase sempre sem respeito à estação, à sua qualidade, ao seu valor e o emprego que se lhes poderia dar. Até hoje não foram proibidos de fato estes excessos, nem os proprietários obrigados a plantarem uma árvore quando derrubam outra, e por isso supondo eles, quando descobriram a província, terem bosques e madeiras para largos séculos, acham-se privados há muito tempo daqueles recursos de que inconsideradamente não cessaram de abusar. (MATOS, 1981, p. 287-288).

Matos detectou que esses desmatamentos contribuíam, na mesma medida, para o aquecimento da província. No período que autor confeccionou sua obra, algumas teorias acerca dos processos de aquecimento, por exemplo, as teses do “dessecamento” e das “torrentes”, transmitidas por meio de pesquisas de importantes nomes, como Chateaubriand e Humboldt, circulavam entre os intelectuais brasileiros (PÁDUA, 2004, p. 174-177). Na perspectiva de Matos, tal fenômeno estava diretamente relacionado com a degradação do “mundo natural”, gerando uma preocupante mudança climática:

O clima da Província de Minas Gerais é sumamente benigno à conservação animal e vegetal [...] As localidades, contudo, influem muito na natureza

do clima de maneira que, enquanto em um terreno se experimenta grande frio, em outro pouco distante se sofre infinito calor. Isso procede da altura das terras, da direção das montanhas, das gargantas ou desfiladeiros que elas formam, da densidade das matas e da quantidade e qualidade das águas que regam ou se acham estagnadas nas terras.

Nota-se que no tempo presente há muito menos frio do que nos tempos passados. Talvez isso proceda da derrubada das matas, da consequente existência de mais largas campinas e do escalvamento das montanhas – que recebendo violentos raios do sol, refletem-se em diversos sentidos e produzem calores insuportáveis.

As queimadas dos campos ainda aumentam estes incômodos nos tempos secos.

Antigamente caía neve em lugares que agora apenas aparecem geadas. As águas estagnadas em algumas montanhas gelavam mais de duas polegadas de grossura. No dia de hoje o fenômeno do gelo é raríssimo e apenas gelam na grossura de meia polegada as águas que têm muito pouca profundidade e se conservam paradas em montanhas muito altas (MATOS, 1981, p. 217).

A agricultura então praticada foi percebida pelo intelectual como inadequada e foram enumeradas diversas causas que obstaculizavam seus progressos. A escravidão foi um dos elementos debatidos por Matos, que se mostrava contrário ao seu uso. Para ele, os escravos não se preocupavam com o melhoramento e prosperidade de seus senhores, trabalhando apenas para evitar os castigos físicos e maus tratos. Outro ponto diagnosticado foi a falta de maquinários e a ausência de escolas e sociedades de agricultura que pudessem apresentar memórias sobre o melhor método de beneficiar terrenos, climatizar plantas exóticas e conhecer as estações e os lugares mais próprios para fazer sementeiras e plantações. Entre outros problemas, Matos cita a formiga carregadeira, que causava “horrríveis estragos” às plantas, às árvores e aos edifícios; a falta de prêmios aos agricultores que obtinham grandes produções; o recrutamento que afastava trabalhadores por muito tempo de suas terras e a “preguiça” de muitos, que viviam a peregrinar com suas violas, divertindo-se e alimentando-se a custo de proprietários.

Estes são os obstáculos que até agora se tem oposto ao melhoramento da agricultura da província, donde se colige que os trabalhos agrícolas se

reduzem unicamente a roçar, derrubar o mato, ajuntar a madeira e queimá-la (a isto se chama fazer coivara), cavar a terra onde e quando necessário, plantar e semear sempre, ou mudar as plantações e sementeiras, colher, secar e empaio-lar. Os instrumentos de que para tudo isto se servem, constam simplesmente de machado ou foices roçadeiras, enxadas, pás e algum arado simples. Muitas poucas pessoas fazem uso de estrumes artificiais, a regra é muito pouco praticada, ou seja, tirando água dos rios por meio de represas ou açudes e valos, ou por máquinas hidráulicas [...] As terras, por falta de estrumes e outros benefícios, tornam-se quase improdutivas no fim de duas ou três sementeiras, e para se cultivarem novamente, exigem ficar de pousio por alguns anos até adquirir forças novas (MATOS, 1981, p. 294).

A queima da erva dos campos, realizada no final de março, período em que as chuvas diminuía, também foi alvo de críticas, sobretudo, por serem feitas quase sempre sem cautelas. Tal prática provocava um imensurável dano às matas, aves e quadrúpedes, principalmente quando o fogo era tocado pelo vento forte. Nas palavras de Matos (1989, p. 218-219):

[...] Então se destrói ou se abrasa uma imensa quantidade de aves e quadrúpedes ainda tenros que não podem abrigar-se da impetuosidade e furor das chamas. Então se incendiam as matas, abrasam edifícios e perigam viandantes que o acaso expõe a sotavento e na direção das queimadas [...] Durante as queimadas, um imenso número de gaviões e outras aves de rapina voam por cima, aos lados e pelo meio dos turbilhões de fumo e fogo para fazerem presa nos pássaros, insetos e répteis que procuram escapar do incêndio que os persegue.

Outro “problema” diagnosticado por Raimundo Matos foi a distribuição das sesmarias, pelas quais, pessoas poderosas por pertencimento familiar ou pela posse de riquezas, obtinham muitas léguas de terra sem que as demarcassem ou cultivassem, tornando-se senhores de imensos terrenos pelo único título de ocupação. Segundo Matos, a doação absoluta destas terras iria contra os princípios da economia da Fazenda Nacional, que poderia ter altos lucros com a venda das terras do Império, que estavam sendo distribuídas gratuitamente. Observando os “efeitos terríveis”

causados ao “mundo natural” pela facilidade com que se concediam as sesmarias, Matos evidenciou que o problema seria sentido por muitos anos:

Os sesmeiros derrubaram e queimaram as matas, não beneficiaram os terrenos, e quando lhes faltava espaço necessário para as plantações, abandonaram as sesmarias ou vendiam-nas por pouco mais de nada, e iam requerer nova sesmaria ou apossavam-se de terreno em outro lugar; é por isso que a maior parte daqueles homens, construíram para sua habitação apenas uma insignificante barraca de pau-a-pique e varas atravessadas revestidas de barro e cobertas de sapé ou folha da palmeira; é por isso que se encontram tantas taperas ou casas abandonadas junto e longe das estradas; é por isso, finalmente, que no dia de hoje as madeiras de construção encontram-se unicamente nos matos virgens, nas encostas das serras, a muita distância dos lugares povoados. A relaxação tem chegado a ponto tal que até mesmo logradouros das povoações têm sido concedidos em sesmarias, e quase sempre a homens poderosos (MATOS, 1981, p. 290-291).

Contudo, cabe destacar que por mais que Matos tenha realizado uma série de críticas sobre vários temas relacionados ao “mundo natural”, por exemplo, os desmatamentos, as queimadas, o aumento das temperaturas e a distribuição das sesmarias, todos em consonância com o desenvolvimento técnico das práticas agrícolas e pastoris, focando no aumento das receitas das autoridades políticas, essas preocupações, na visão de Matos, assim como na de outros intelectuais que produziram memórias e relatórios no período, se orientavam mais por considerações morais do que pela análise racional e empírica. Nessa medida, desconsideravam a lógica das relações sociais econômicas e de poder específicas em que se localizam aqueles agentes. Assim, por exemplo, a condenação das práticas agrícolas então vigentes, assim como dos procedimentos de concessão de sesmarias, que demandavam a destruição extensiva de matas e florestas, não considera que tais práticas resultavam dos interesses concretos da Coroa em estabelecer, principalmente nas áreas de avanço da fronteira de povoamento, potentados que, aquinhoados igualmente com patentes militares, cuidassem de empreender o controle social sobre as classes subalternas, sobre indígenas etc. Com efeito, o pequeno reino português, lidando com escassez de recursos econômicos

e de força de trabalho, necessitava estabelecer relações de confiança e lealdade com os grandes proprietários de terra, os quais, por sua vez, realizavam, com proveitos próprios, a empreitada da colonização.

Da mesma forma, a “crítica ambiental” formulada por Matos e outros autores do período não levam em conta que a prática da agricultura extensiva, como a destruição de matas e ressecamento de corpos hídricos, assim como o alto grau de concentração da propriedade fundiária – para a qual o instituto e a prática das doações de sesmarias contribuíram fortemente –, respondiam à lógica da economia colonial, que consistia em impor às classes dominantes a disputa pelo acúmulo de terras e escravos, condição, no contexto, essencial para a preservação e ampliação de seu poder econômico e político.⁴

De sorte que não surpreende que, como reconhece Pádua, “a vontade de combater a destruição ambiental [...] chocava-se com o interesse imediato da elite socioeconômica do país.” (PÁDUA, 2010, p. 32). Para evitar conotações substancializadoras, poderíamos dizer que outras formas de apropriação das condições naturais (como as que, certamente, eram praticadas pelos povos indígenas do período) se chocavam com a lógica das relações de produção então vigentes. Não é por outra razão que as propostas de cunho “ambiental” elaboradas por Matos e pelos autores estudados por Pádua (entre os quais se destaca, sem dúvidas, a figura de José Bonifácio) permaneceram totalmente irrealizadas. Faltava-lhes base sócio-histórica objetiva, assim como ocorria àqueles a quem Marx e Engels denominavam “socialistas utópicos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das grandes virtudes da história ambiental é evidenciar como as tramas são constituídas no interior de um ambiente que dialoga e interage, não podendo ser separado por meio de uma dicotomia entre homem e natureza. Nesse sentido, as diferentes relações que envolvem a sociedade humana e o “mundo natural” encontrou no pensamento de Raimundo José da Cunha Matos um espaço privilegiado, merecendo uma ampla investigação por parte do autor. Suas observações, análises e propostas de mudança do manejo com as matas e criaturas da província mineira nas

⁴ A esse respeito, veja-se Cabral (2010).

primeiras décadas do século XIX, evidenciam como os diferentes níveis da experiência humana devem dialogar entre si: o campo político, econômico, social e cultural não está à margem do campo ambiental.

Embora as abordagens apresentadas neste artigo possuam caráter introdutório, sugerem, todavia, a abertura de uma multiplicidade de caminhos analíticos que ainda podem ser percorridos no sentido de desvelar as interações com “mundo natural” imbuídas nos discursos dos intelectuais brasileiros nas primeiras décadas do século XIX. Somente com a produção de novas investigações será possível encontrar elementos inéditos referentes à gênese e ao desenvolvimento histórico da crítica ambiental no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004, pp. 13-35.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CABRAL, Diogo de Carvalho. Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa. *Varia Historia*, v. 24, n. 39, p. 113-133, 2008.

DRUMOND, José Augusto. A história Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 11, suplemento 1, p. 109-29, 2004.

MARCONDES, Sandra Amaral. *Brasil, amor à primeira vista! Viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Faculdade Pedro Leopoldo, 2007.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

O’CONNOR, James. Que és la historia ambiental? Por qué la historia ambiental?

In: *Causas Naturales: ensayos de marxismo ecológico*. México: Siglo XXI, 2001.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

QUEIROZ, Bianca Martins de. *Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839): "A pena e a espada a serviço da pátria"*. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2009.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.
